

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	23
6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	24
7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	26
8. TRIBUTOS DIFERIDOS	29
9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR	30
10. OUTROS CRÉDITOS	32
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	33
12. ATIVO DE CONTRATO	33
13. INVESTIMENTOS	34
14. IMOBILIZADO	34
15. INTANGÍVEL	35
16. FORNECEDORES	36
17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	37
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	37
19. DEBÊNTURES	42
20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS	46
21. CONTINGÊNCIAS	51
22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	55
23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO	60
24. ENCARGOS REGULATÓRIOS	61
25. OUTROS DÉBITOS	61
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	62
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64
28. RECEITA LÍQUIDA	66
29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	67
30. RESULTADO FINANCEIRO	68
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	68
32. SEGUROS	78
33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	79
34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	79
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	80

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	395.434	456.015
Títulos e valores mobiliários	5	2.024.082	1.369.973
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	6	2.280.513	2.295.917
Estoques		59.394	56.238
Tributos e contribuições a recuperar	7	1.231.645	737.018
Ativos financeiros do setor	9	1.171.882	58.361
Despesas pagas antecipadamente		28.340	22.381
Serviços prestados a receber		15.593	41.381
Instrumentos financeiros derivativos swaps	31	-	78.204
Outros créditos	10	591.437	334.716
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		7.798.320	5.450.204
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	6	1.204.253	996.667
Tributos e contribuições a recuperar	7	3.674.704	4.420.018
Tributos diferidos	8	884.137	422.492
Depósitos vinculados a litígios	20.1	217.160	237.921
Instrumentos financeiros derivativos swaps	31	132.000	640.100
Ativos financeiros do setor	9	308.390	15.358
Outros créditos	10	1.078	120.000
Ativo financeiro da concessão	11	6.821.988	5.197.313
Ativo de contrato	12	558.254	983.368
Investimentos	13	34.124	31.258
Imobilizado	14	309.308	275.532
Intangível	15	2.455.860	2.459.310
Ativo de direito de uso	23	59.612	99.814
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.660.868	15.899.151
TOTAL DO ATIVO		24.459.188	21.349.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	16	2.048.334	1.566.516
Tributos e contribuições a pagar	17	276.525	150.357
Empréstimos e financiamentos	18	396.390	891.039
Debêntures	19	1.519.814	1.028.023
Passivo financeiro do setor	9	276.353	-
Dividendos a pagar	27	57.862	65.276
Obrigações trabalhistas		93.843	81.965
Valores a serem restituídos a consumidores	7	831.250	296.239
Obrigações por arrendamento	23	24.888	45.390
Encargos regulatórios	24	298.237	257.147
Outros débitos	25	562.273	376.676
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		6.385.769	4.758.628
Empréstimos e financiamentos	18	2.894.659	2.405.659
Debêntures	19	4.679.712	4.230.325
Tributos e contribuições a pagar	17	199.605	191.773
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	20	494.598	640.579
Obrigações por arrendamento	23	38.163	58.480
Benefício pós emprego		-	5.327
Valores a serem restituídos a consumidores	7	2.564.550	3.381.614
Outros débitos	25	35.307	39.427
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.906.594	10.953.184
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	5.486.365	4.146.365
Reservas de capital		7.277	7.277
Reservas de lucro		1.770.305	1.584.539
Outros resultados abrangentes		(97.122)	(100.638)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.166.825	5.637.543
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.459.188	21.349.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	28	13.625.646	11.764.700
CUSTO TOTAL		(11.811.352)	(9.652.553)
Custos com energia elétrica	29.1	(9.905.209)	(7.891.993)
Custos de operação	29	(1.906.143)	(1.760.560)
LUCRO BRUTO		1.814.294	2.112.147
Despesas gerais e administrativas	29	(1.146.524)	(1.282.544)
Outras despesas, líquidas		(52.325)	(33.909)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		615.445	795.694
RESULTADO FINANCEIRO	30	(1.051.225)	(398.850)
Receita financeira		319.005	748.230
Despesa financeira		(1.370.230)	(1.147.080)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		(435.780)	396.844
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	215.952	(744.506)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	463.456	622.510
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		243.628	274.848
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	27.5	0,00051	0,00070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	2021	2020
Lucro líquido do exercício	243.628	274.848
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	3.516	(3.516)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	247.144	271.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERV A LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		4.146.365	7.277	202.102	898.942	-	(97.122)	-	5.157.564
Dividendos não distribuídos		-	-	-	-	273.923	-	-	273.923
Lucro líquido do exercício	27.5	-	-	-	-	-	-	274.848	274.848
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado									
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	(3.516)	-	(3.516)
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição da reserva legal	27.4	-	-	13.742	-	-	-	(13.742)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,00017 / ação)	27.4	-	-	-	-	-	-	(65.276)	(65.276)
Constituição da reserva de retenção de lucros	27.4	-	-	-	195.830	-	-	(195.830)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		4.146.365	7.277	215.844	1.094.772	273.923	(100.638)	-	5.637.543
Aumento de capital		1.340.000	-	-	-	-	-	-	1.340.000
Lucro líquido do exercício	27.5	-	-	-	-	-	-	243.628	243.628
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado									
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição da reserva legal	27.4	-	-	12.181	-	-	-	(12.181)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,00012 / ação)	27.4	-	-	-	-	-	-	(57.862)	(57.862)
Constituição da reserva de retenção de lucros	27.4	-	-	-	173.585	-	-	(173.585)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		5.486.365	7.277	228.025	1.268.357	273.923	(97.122)	-	7.166.825

As notas explicativas são parte integrante das informações demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	2021	2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		137.756	1.765.586
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(435.780)	396.844
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	29	597.354	618.670
Depreciação e amortização	29	563.890	533.953
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		(57.512)	30.969
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	30	610.716	528.776
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios, baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios.		245.565	371.324
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		(1.422)	(425)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	30	605.567	484.601
Juros sobre obrigações de arrendamento	23	5.895	7.021
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	30	(14.219)	(27.813)
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		(3.161)	(2.574)
Variação swap		(52.262)	(563.612)
Valor justo do ativo financeiro da concessão	28	(574.231)	(242.872)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		(1.265.115)	(1.233.120)
Variações nos ativos e passivos		(87.529)	863.844
Títulos e valores mobiliários		(70.090)	(8.550)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(788.114)	(997.201)
Tributos, contribuições e impostos líquidos		707.001	448.416
Ativos e passivos financeiros do setor		(239.281)	1.821.468
Estoques		(3.156)	(571)
Serviços prestados a receber		25.788	(10.304)
Despesas pagas antecipadamente		(5.959)	(1.446)
Depósitos vinculados a litígios		2.542	3.445
Outros créditos		(137.799)	(202.269)
Fornecedores		458.149	358.365
Obrigações trabalhistas		11.878	4.746
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(373.327)	(242.930)
Encargos regulatórios		41.090	(4.263)
Outros débitos		181.477	79.811
Instrumentos financeiros derivativos swaps pagos		638.566	75.725
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	(536.294)	(460.598)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.659.075)	(1.903.893)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(45.483)	(34.456)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(1.029.573)	(834.757)
Resgate de aplicações financeiras		10.298.774	1.201.433
Aplicações financeiras		(10.882.793)	(2.236.113)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.460.738	39.906
Aumento de capital		1.340.000	-
Dividendos pagos		(65.276)	-
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas - FDIC	18/19	3.968.536	1.963.984
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	(3.730.653)	(1.879.954)
Pagamento de obrigações por arrendamento		(51.869)	(44.124)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(60.581)	(98.401)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		456.015	554.416
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		395.434	456.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	2021	2020
Receitas		21.252.610	18.144.504
Venda de mercadorias, produtos e serviços		20.882.696	17.975.396
Receitas referentes à construção de ativos próprios		967.268	787.778
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	29	(597.354)	(618.670)
Insumos adquiridos de terceiros		(11.307.987)	(9.081.801)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	29.1	(9.905.209)	(7.891.993)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.402.778)	(1.189.808)
Valor adicionado bruto		9.944.623	9.062.703
Retenções		(563.890)	(533.953)
Depreciação e amortização	29	(563.890)	(533.953)
Valor adicionado líquido produzido		9.380.733	8.528.750
Valor adicionado recebido em transferência		319.005	748.230
Receitas financeiras	30	319.005	748.230
Valor adicionado total a distribuir		9.699.738	9.276.980
Distribuição do valor adicionado		9.699.738	9.276.980
Pessoal		390.383	390.023
Remuneração direta		256.152	244.986
Benefícios		105.763	104.850
FGTS		27.504	30.619
Outros		964	9.568
Impostos, taxas e contribuições		7.651.618	7.234.991
Federais		2.694.703	2.968.084
Estaduais		4.944.337	4.226.687
Municipais		12.578	40.220
Remuneração de capitais de terceiros		1.414.109	1.377.118
Juros		1.297.389	1.173.756
Aluguéis		116.720	203.362
Remuneração de capitais próprios		243.628	274.848
Dividendos		57.862	65.276
Lucros retidos		185.766	209.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia” ou “Light SESA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem como objeto social a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,4 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e do PROINFA.

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.848/04, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), através da Resolução Autorizativa nº 307/05, o projeto de reorganização societária em que a Light S.A. passou a ser a controladora da Companhia.

1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia durante os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia tem realizado esforços para minimizar os impactos decorrentes da pandemia nas operações e na sociedade, além de adotar algumas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança dos seus colaboradores.

Em 26 de março de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 928/2021, que suspendeu o corte de energia, até 30 de junho de 2021, por inadimplência das unidades consumidoras com aparelhos vitais à preservação da vida, dos consumidores de baixa renda, dos locais em que não haja postos de arrecadação em funcionamento e dos que estejam com suspensão da fatura impressa sem anuência prévia. Em 15 de junho de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 936/2021 que prorrogou o período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021 até 30 de setembro de 2021. Tendo em vista que não houve nova prorrogação do período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021, a partir de 01 de outubro de 2021 foram retomadas as possibilidades de corte dessas unidades consumidoras.

Em 05 de abril de 2021, por meio do Despacho nº 939/2021, a ANEEL homologou o prazo de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-Covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para a amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) na gestão da Conta-Covid. O valor homologado referente à Companhia foi de R\$523.787 divididos em 12 meses.

Em 23 de novembro de 2021, a Diretoria colegiada da ANEEL aprovou o resultado da 3ª Fase da Consulta Pública nº 035/2020, culminando na publicação da Resolução Normativa nº 952/2021. A referida Resolução, dispõe sobre a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro relacionado à queda do mercado e aumento da inadimplência provocados pela pandemia às distribuidoras de energia elétrica, cabendo à cada concessionária individualmente formular o requerimento junto à ANEEL.

Impacto nas Demonstrações Financeiras

Para o exercício de 2021, a Diretoria avaliou o impacto da COVID-19 nos negócios da Companhia. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos *covenants* financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos. A Diretoria não verificou variações significativas no resultado da Companhia em decorrência direta dos efeitos da pandemia em curso da COVID-19 que pudessem comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

1.2 Concessões

A Companhia, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacente, aplica o IFRIC 12/ICPC 01. A Companhia utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Em 24 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 31), mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
6	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
7	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
7	Recuperação do imposto e renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
9	Ativos e passivos financeiros do setor
11	Ativo financeiro da concessão
20	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
21	Contingências
22	Benefícios pós-emprego
28.1	Fornecimento não faturado
29.1	Provisão para compra de energia elétrica
31	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

3.4 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem as contas a receber de fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para as contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico de inadimplência dos últimos três anos e segregado em faturamento regular, parcelamentos e faturas oriundas de recuperação de energia, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

3.7 Investimentos

A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo, que representam algumas participações societárias em outras empresas.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

3.8 Ativo financeiro da concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

3.9 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 14.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.11 Ativo intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.13 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual

3.13.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.13.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.13.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

3.14 Benefícios a empregados

3.14.1 Benefícios de longo prazo – pós emprego

A Companhia possui planos de contribuição definida e de benefício definido. Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.14.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

3.15.01 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

3.15.02 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

A Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

3.16 Provisões

3.16.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.16.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17 Reconhecimento de receitas

As receitas da Companhia são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.17.01 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

3.17.02 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

3.17.03 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

3.17.04 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.18 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

3.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC são os seguintes:

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
Alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11/IFRS 4, CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38/IAS39 e 48/IFRS 9 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.	Sem impactos relevantes
Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Sem impactos relevantes

3.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Período de vigência	Impactos contábeis
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro	Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação	A partir de 1º de janeiro de 2023	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros	A partir de 1º de janeiro de 2023	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis	A alteração fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	A partir de 1º de janeiro de 2023	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante	A partir de 1º de janeiro de 2023	Não se espera impacto significativo

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	52.185	36.206
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	343.249	419.809
TOTAL	395.434	456.015

A remuneração média das aplicações é de 106,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (83,0 % do CDI em 31 de dezembro de 2020).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 31.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	31.12.2021	31.12.2020
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.884.487	1.369.973
Fundos de investimento (não exclusivos)	139.595	-
TOTAL	2.024.082	1.369.973

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) fundos de investimentos não exclusivos; (iii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (100,66% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	4.297.609	-	4.297.609	3.725.175	-	3.725.175
Fornecimento não faturado	635.102	-	635.102	674.821	-	674.821
Parcelamento de débitos	606.261	1.204.253	1.810.514	515.805	996.667	1.512.472
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	28.449	-	28.449	28.257	-	28.257
	5.567.421	1.204.253	6.771.674	4.944.058	996.667	5.940.725
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(3.286.908)	-	(3.286.908)	(2.648.141)	-	(2.648.141)
TOTAL	2.280.513	1.204.253	3.484.766	2.295.917	996.667	3.292.584

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da CCEE.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

Classe de consumidores	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2021
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	535.270	232.055	126.575	647.560	1.319.246	2.860.706	(1.784.754)	1.079.950
Industrial	22.696	4.220	2.356	13.754	74.345	117.371	(82.860)	34.511
Comercial	307.815	53.870	27.786	131.482	347.249	868.202	(454.110)	414.092
Rural	2.204	595	214	810	2.471	6.294	(2.830)	3.464
Poder público	40.078	66.029	4.238	61.092	95.899	267.336	(146.660)	116.678
Iluminação pública	42.000	8.292	3.521	12.567	83.156	149.536	(97.678)	51.858
Serviço público	11.281	1.107	5.872	3.502	6.402	28.164	(8.317)	19.847
Fornecimento não faturado	499.077	-	-	-	-	499.077	(7.971)	491.106
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.460.421	366.168	170.562	870.767	1.928.768	4.796.686	(2.585.180)	2.211.506
Encargos de uso da rede elétrica	28.449	-	-	-	-	28.449	(159)	28.290
Encargos de uso da rede - não faturado	136.025	-	-	-	-	136.025	-	136.025
	164.474	-	-	-	-	164.474	(159)	164.315
TOTAL	1.624.895	366.168	170.562	870.767	1.928.768	4.961.160	(2.585.339)	2.375.821

Classe de consumidores	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2020
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	384.708	299.917	111.752	227.239	1.314.908	2.338.524	(1.449.486)	889.038
Industrial	16.353	13.050	3.873	10.795	79.820	123.891	(89.183)	34.708
Comercial	217.239	91.741	32.600	63.980	348.514	754.074	(398.883)	355.191
Rural	1.342	826	202	292	2.472	5.134	(2.538)	2.596
Poder público	40.044	58.291	28.811	38.292	94.104	259.542	(105.411)	154.131
Iluminação pública	43.481	32.471	11.733	38.998	89.649	216.332	(96.384)	119.948
Serviço público	8.557	12.092	465	1.021	5.543	27.678	(5.369)	22.309
Fornecimento não faturado	571.364	-	-	-	-	571.364	(8.670)	562.694
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.283.088	508.388	189.436	380.617	1.935.010	4.296.539	(2.155.924)	2.140.615
Encargos de uso da rede elétrica	28.257	-	-	-	-	28.257	(159)	28.098
Encargos de uso da rede - não faturado	103.457	-	-	-	-	103.457	-	103.457
	131.714	-	-	-	-	131.714	(159)	131.555
TOTAL	1.414.802	508.388	189.436	380.617	1.935.010	4.428.253	(2.156.083)	2.272.170

6.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidores	31.12.2021			31.12.2020		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.218.443	(569.537)	648.906	1.024.650	(411.259)	613.391
Industrial	18.221	(7.996)	10.225	19.760	(813)	18.947
Comercial	193.863	(33.767)	160.096	184.064	(22.722)	161.342
Rural	2.203	(164)	2.039	1.934	(146)	1.788
Poder público	145.307	(51.180)	94.127	98.266	(56.703)	41.563
Iluminação pública	65.033	-	65.033	9.819	(154)	9.665
Serviço público	167.444	(38.925)	128.519	173.979	(261)	173.718
TOTAL	1.810.514	(701.569)	1.108.945	1.512.472	(492.058)	1.020.414

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a Companhia assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$129.837 (R\$156.048 em 31 de dezembro de 2020). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e consequentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia. A assembleia de credores está prevista para ser realizada em 27 de abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui um montante em aberto de R\$271.720 com a Companhia. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2021. Deste montante, (i) o total de R\$207.834 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria de Fazenda, e um regulamento está sendo elaborado para definir as condições de parcelamento e leilão reverso, com previsão de publicação no Diário Oficial até abril de 2022; e (ii) o montante de R\$63.886 que se referem as faturas emitidas em 2021, a Companhia está em negociação junto à Prefeitura e com expectativa de regularização até abril de 2022.

6.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2019	(2.070.720)
Adições (Nota 29)	(618.670)
Baixas	41.249
SALDO EM 31.12.2020	(2.648.141)
Adições (Nota 29)	(597.354)
Baixas	(41.413)
SALDO EM 31.12.2021	(3.286.908)

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei nº 9.430/1997 e Lei nº 13.097/2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas baixas no montante de R\$41.378 (R\$41.249 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na Nota 31.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	45.317	62.603	107.920	42.033	51.925	93.958
PIS e COFINS a compensar (Nota 7.1) ^(b)	986.292	3.241.542	4.227.834	586.001	4.368.093	4.954.094
INSS	4.017	-	4.017	8.646	-	8.646
Outros	16.263	-	16.263	16.204	-	16.204
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.051.889	3.304.145	4.356.034	652.884	4.420.018	5.072.902
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	179.756	370.559	550.315	84.134	-	84.134
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	179.756	370.559	550.315	84.134	-	84.134
TOTAL	1.231.645	3.674.704	4.906.349	737.018	4.420.018	5.157.036

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

^(b) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$52.745 (R\$238.928 em 31 de dezembro de 2020). Ademais, inclui o montante de R\$4.206 (R\$4.206 em 31 de dezembro de 2020) referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

7.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Diretoria da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela Companhia podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela Companhia e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Diretoria como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras. No reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2021 foi homologada a devolução de R\$374.196 e no reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2022 foi homologada a devolução de R\$1.050.000. Ambos os valores foram homologados como item financeiro e reduziram a tarifa do consumidor.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2021, somaram o montante de R\$2.134.789 (R\$1.110.796 em 31 de dezembro de 2020). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$14.912 (R\$29.171 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota 30.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2021	31.12.2020
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	4.284.785	5.197.228
Valores a serem restituídos a consumidores	(3.395.800)	(3.677.853)
SALDO LÍQUIDO	888.985	1.519.375

Efeitos no resultado dos exercícios	2021	2020
Receita financeira (Nota 30)	14.912	29.171
PIS e COFINS sobre receita financeira	(693)	(1.356)
Imposto de renda e contribuição social	(4.834)	(9.457)
RESULTADO	9.385	18.358

7.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A Companhia possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus débitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF, a Companhia, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos débitos tributários e reconheceu em 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a Companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a Companhia apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$370.559.

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos diferidos	31.12.2021			31.12.2020		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.130.072	-	1.130.072	912.892	-	912.892
Provisão para PLR	15.690	-	15.690	12.254	-	12.254
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	168.163	-	168.163	217.797	-	217.797
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 22)	-	-	-	1.811	-	1.811
Prejuízos fiscais	280.236	-	280.236	66.141	-	66.141
Base negativa de contribuição social	103.912	-	103.912	26.838	-	26.838
Outros	2.430	-	2.430	5.229	-	5.229
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	(44.880)	(44.880)	-	(244.223)	(244.223)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(771.486)	(771.486)	-	(576.247)	(576.247)
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	1.700.503	(816.366)	884.137	1.242.962	(820.470)	422.492
Apresentação pelo líquido	(816.366)	816.366	-	(820.470)	820.470	-
ATIVO TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	884.137	-	884.137	422.492	-	422.492

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Tributos diferidos	Saldo em 31.12.2019	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	716.568	196.324	-	912.892	217.180	-	1.130.072
Provisão para PLR	10.269	1.985	-	12.254	3.436	-	15.690
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	183.447	34.350	-	217.797	(49.634)	-	168.163
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 22)	-	-	1.811	1.811	-	(1.811)	-
Prejuízos fiscais	213.988	(147.847)	-	66.141	214.095	-	280.236
Base negativa de contribuição social	80.063	(53.225)	-	26.838	77.074	-	103.912
Outros	8.864	(3.635)	-	5.229	(2.799)	-	2.430
Créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	1.282.996	(1.282.996)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos swaps	6.229	(6.229)	-	-	-	-	-
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO	2.502.424	(1.261.273)	1.811	1.242.962	459.352	(1.811)	1.700.503
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	(2.126.011)	2.126.011	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(84.571)	(159.652)	-	(244.223)	199.343	-	(44.880)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(493.671)	(82.576)	-	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO	(2.704.253)	1.883.783	-	(820.470)	4.104	-	(816.366)

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2021, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2021 em até seis anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	Total
81.437	132.384	536.024	551.927	398.731	1.700.503

8.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(435.780)	396.844
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34,0%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	148.165	(134.927)
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	20.324	(858)
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários	508.304	-
Incentivos fiscais ^(a)	2.615	13.789
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	679.408	(121.996)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	215.952	(744.506)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	463.456	622.510

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Ativos e passivos financeiros do setor	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2021	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.963	-	4.510	-	1.187	-	20.660	-
Custo de aquisição de energia	-	(62.283)	742.582	-	195.416	-	937.998	(62.283)
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	9.509		681.877	-	179.441	-	870.827	-
PROINFRA	925	-	-	-	-	-	925	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.521	-	2.201	-	580	-	7.302	-
Transporte de energia pela rede básica	99.155	-	27.207	-	7.160	-	133.522	-
Itens da Parcela A	129.073	(62.283)	1.458.377	-	383.784	-	1.971.234	(62.283)
Outros itens financeiros ^(a)	-	(245.667)	69.024	(197.469)	18.164	(51.966)	87.188	(495.102)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	(48.629)	-	(85.892)	-	(22.603)	-	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	-	(43.512)	-	(46.693)	-	(12.288)	-	(102.493)
Devoluções tarifárias	-	(5.335)	-	(25.465)	-	(6.701)	-	(37.501)
Itens financeiros	-	(343.143)	69.024	(355.519)	18.164	(93.558)	87.188	(792.220)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	129.073	(405.426)	1.527.401	(355.519)	401.948	(93.558)	2.058.422	(854.503)
Apresentação pelo líquido	(129.073)	129.073	(355.519)	355.519	(93.558)	93.558	(578.150)	578.150
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	(276.353)	1.171.882	-	308.390	-	1.480.272	(276.353)

^(a) Em 31 de dezembro de 2021, o componente financeiro negativo é composto basicamente pela devolução dos créditos do PIS/COFINS no montante de R\$73.763, bem como outros itens financeiros homologados.

Ativos e passivos financeiros do setor	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2020	
	Valores homologados ^(a)		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema – ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
Itens da Parcela A	-	-	242.638	(143.986)	63.853	(37.892)	306.491	(181.878)
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
Itens financeiros	-	-	222.742	(263.033)	58.616	(69.219)	281.358	(332.252)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	-	-	465.380	(407.019)	122.469	(107.111)	587.849	(514.130)
Apresentação pelo líquido			(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	-	58.361	-	15.358	-	73.719	-

^(a) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta Covid.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2019		662.067
Constituição ^(a)		1.208.271
Amortização ^(a)		(456.782)
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)		(38.643)
Recebimento Conta-Covid		(1.326.043)
Atualização Selic (Nota 30)		24.849
SALDO EM 31.12.2020		73.719
Constituição ^(a)		1.211.646
Amortização ^(a)		289.593
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)		(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)		(374.196)
Atualização Selic (Nota 30)		53.469
SALDO EM 31.12.2021		1.203.919

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica “ativos e passivos financeiros do setor” (Nota 28), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores (Nota 7.1).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

Ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário	31.12.2021			31.12.2020		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 09.03.2021	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(631.543)	-	(631.543)	512.386	-	512.386
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	360.525	1.512.438	1.872.963	(512.386)	105.967	(406.419)
Devoluções tarifárias ^(a)	(5.335)	(32.166)	(37.501)	-	(32.248)	(32.248)
TOTAL	(276.353)	1.480.272	1.203.919	-	73.719	73.719

^(a) Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

9.1 Reajuste tarifário 2021

Em 09 de março de 2021, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado homologado através da Resolução Homologatória 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

10. OUTROS CRÉDITOS

Outros créditos	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	1.842	-	1.842	4.954	-	4.954
Contribuição iluminação pública	182.671	-	182.671	142.238	-	142.238
Dispêndios a reembolsar	31.905	-	31.905	14.460	-	14.460
Desativações e alienações em curso	22.894	-	22.894	80.478	-	80.478
Subvenção por redução de consumo	169.215	-	169.215	-	-	-
Subvenções governamentais ^(a)	61.464	-	61.464	50.473	-	50.473
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	120.000	-	120.000	40.000	120.000	160.000
Outros	1.446	1.078	2.524	2.113	-	2.113
TOTAL	591.437	1.078	592.515	334.716	120.000	454.716

^(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a Companhia aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000, em parcela única.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da Companhia. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.

Subvenção por redução de consumo - Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”), emitiu a Resolução nº 2, que instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica.

A normativa estabeleceu que o programa deveria ser implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo e, que os custos serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro de 2022, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus por redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores (Nota 25) foi de R\$169.215, tendo como contrapartida uma redução no resultado operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento pelo bônus concedido foi reconhecido no ativo circulante da rubrica “outros créditos” e, tendo como contrapartida a rubrica de receita para recompor o resultado operacional (Nota 28).

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294
Adições ^(a)	228.340	(8.072)	220.268
Valor justo - atualização VNR (Nota 28)	302.693	(59.821)	242.872
Baixas	(14.121)	-	(14.121)
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições ^(a)	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 28)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
SALDO EM 31.12.2021	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Notas 12 e 15).

12. ATIVO DE CONTRATO

Ativo de contrato	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2019	561.086	(64.133)	496.953
Adições	801.079	(8.317)	792.762
Transferências para intangível (Nota 15)	(316.765)	10.418	(306.347)
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 15)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
SALDO EM 31.12.2021	601.550	(43.296)	558.254

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$17.656 (R\$40.259 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

13. INVESTIMENTOS

Investimentos	31.12.2021	31.12.2020
Avaliado a valor justo ^(a)	29.659	26.497
Bens não vinculados a atividade de concessão ^(b)	4.465	4.761
TOTAL	34.124	31.258

^(a) A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo, que representam algumas participações societárias em outras empresas.

^(b) Bens não vinculados a atividade de concessão é composto por edificação que se encontra disponível para locação.

14. IMOBILIZADO

Imobilizado	31.12.2021				31.12.2020
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	4,69	21.231	(20.684)	547	625
Administração	7,96	530.456	(338.756)	191.700	165.580
Comercialização	7,96	10.247	(9.007)	1.240	1.462
		561.934	(368.447)	193.487	167.667
Obrigações especiais		(398)	110	(288)	(305)
EM SERVIÇO		561.536	(368.337)	193.199	167.362
Administração		116.109	-	116.109	108.170
EM CURSO		116.109	-	116.109	108.170
TOTAL		677.645	(368.337)	309.308	275.532

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos que não estão vinculados a concessão.

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Imobilizado	Em serviço				Em curso		Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	490.474	(313.994)	(319)	176.161	68.533	68.533	244.694
Adições	-	-	-	-	60.994	60.994	60.994
Baixas	(47)	47	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(26.762)	14	(26.748)	-	-	(26.748)
Transferências entre curso e serviço	17.869	-	-	17.869	(17.869)	(17.869)	-
Transferências do (para o) intangível	80	-	-	80	(3.488)	(3.488)	(3.408)
Saldo 31 de dezembro de 2020	508.376	(340.709)	(305)	167.362	108.170	108.170	275.532
Adições	-	-	-	-	76.682	76.682	76.682
Baixas	(1.387)	1.202	-	(185)	(1)	(1)	(186)
Depreciação	-	(28.940)	17	(28.923)	-	-	(28.923)
Transferências entre curso e serviço	51.881	-	-	51.881	(51.881)	(51.881)	-
Transferências do (para o) intangível	3.064	-	-	3.064	(16.861)	(16.861)	(13.797)
Saldo 31 de dezembro de 2021	561.934	(368.447)	(288)	193.199	116.109	116.109	309.308

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$0 (R\$266 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

14.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67	Edificações	3,33
Chave de distribuição	6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	3,57	Veículos	14,29
Disjuntor	3,03		
Edificações	3,33		
Estrutura do sistema	3,57		
Medidor	7,69		
Regulador de tensão	4,35		
Religador	4,00		
Transformador	4,00		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

15. INTANGÍVEL

Intangível	31.12.2021			31.12.2020
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.549.801	(6.094.021)	2.455.780	2.575.179
Outros ^(a)	1.146.476	(956.387)	190.089	126.535
	9.696.277	(7.050.408)	2.645.869	2.701.714
Obrigações especiais	(756.382)	403.294	(353.088)	(397.043)
EM SERVIÇO	8.939.895	(6.647.114)	2.292.781	2.304.671
Outros ^(a)	163.079	-	163.079	154.639
EM CURSO	163.079	-	163.079	154.639
TOTAL	9.102.974	(6.647.114)	2.455.860	2.459.310

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Intangível	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	9.444.360	(6.277.107)	(450.800)	2.716.453	116.105	-	116.105	2.832.558
Adições	-	-	-	-	54.979	(6.550)	48.429	48.429
Baixas	(49.716)	32.868	-	(16.848)	-	-	-	(16.848)
Amortização	-	(553.563)	62.654	(490.909)	-	-	-	(490.909)
Transferências entre curso e serviço	16.366	-	(6.550)	9.816	(16.366)	6.550	(9.816)	-
Transferências do (para o) imobilizado	3.488	-	-	3.488	(80)	-	(80)	3.408
Transferências do ativo de contrato	316.765	-	(10.418)	306.347	-	-	-	306.347
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(228.340)	-	8.072	(220.268)	-	-	-	(220.268)
Reclassificação contas	(3.407)	-	-	(3.407)	-	-	-	(3.407)
Saldo 31 de dezembro de 2020	9.499.516	(6.797.802)	(397.042)	2.304.672	154.638	-	154.638	2.459.310
Adições	-	-	-	-	133.626	(12.811)	120.815	120.815
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(584.319)	63.805	(520.514)	-	-	-	(520.514)
Transferências entre curso e serviço	121.894	-	(12.811)	109.083	(121.894)	12.811	(109.083)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(3.291)	-	(3.291)	13.797
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
Saldo 31 de dezembro de 2021	9.696.277	(7.050.408)	(353.088)	2.292.781	163.079	-	163.079	2.455.860

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 12.

16. FORNECEDORES

Fornecedores	31.12.2021	30.12.2020
Comercialização no mercado de curto prazo	237.945	373.554
Encargos de uso da rede elétrica	105.250	130.789
Energia livre - ressarcimento às geradoras	119.169	114.121
Leilões de energia	525.331	344.148
Itaipu binacional	367.675	265.699
UTE Norte Fluminense	383.722	192.982
Materiais e serviços	309.242	145.223
TOTAL	2.048.334	1.566.516

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	246.287	155.346	401.633	119.258	120.374	239.632
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.295	44.259	67.554	23.741	71.399	95.140
Outros	6.823	-	6.823	6.517	-	6.517
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	276.405	199.605	476.010	149.516	191.773	341.289
IRRF a pagar	120	-	120	841	-	841
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	120	-	120	841	-	841
TOTAL	276.525	199.605	476.130	150.357	191.773	342.130

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Circulante			Não circulante		Total	Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
TN - Par Bond	-	2.805	2.805	217.190	217.190	219.995	204.865
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(207.905)	(207.905)	(207.905)	(194.568)
TN - Discount Bond	-	409	409	151.548	151.548	151.957	141.809
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(144.759)	(144.759)	(144.759)	(135.265)
4131 Citibank 2019	-	-	-	-	-	-	416.087
4131 Citibank 2021	-	9	9	223.220	223.220	223.229	-
Bonds 2018	-	-	-	-	-	-	1.366.652
Bonds 2021	-	3.527	3.527	2.232.200	2.232.200	2.235.727	-
Subtotal - Moeda estrangeira	-	6.750	6.750	2.471.494	2.471.494	2.478.244	1.799.580
Custo de captação	-	-	-	(27.730)	(27.730)	(27.730)	(8.989)
Custos - Moeda estrangeira	-	-	-	(27.730)	(27.730)	(27.730)	(8.989)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	-	6.750	6.750	2.443.764	2.443.764	2.450.514	1.790.591
CCB - IBM 2019	-	-	-	-	-	-	416
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	-	-	-	-	-	-	8.335
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	-	-	-	-	-	-	5.668
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	-	-	-	-	-	-	51.230
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	-	-	-	-	-	-	171
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	-	-	-	-	-	-	116
BNDES - Capex 2017/18	-	-	-	-	-	-	226.341
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	-	-	-	-	-	-	2.427
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	-	-	-	-	-	-	2.440
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	-	-	-	-	-	-	1.881
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	-	-	-	-	-	-	4.828
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	-	-	-	-	-	-	448
FINEP - Inovação e Pesquisa	9.664	17	9.681	-	-	9.681	32.914
Nota Promissória - 5ª NP	100.000	10.065	110.065	-	-	110.065	208.212
FIDC 2018 Série A	207.653	2.646	210.299	349.614	349.614	559.913	747.669
FIDC 2018 Série B	97.728	651	98.379	146.591	146.591	244.970	309.635
Fianças bancárias diversas	-	64	64	-	-	64	60
Cotas Subordinadas FIDC	-	-	-	(35.050)	(35.050)	(35.050)	(38.046)
Retenção FIDC	(30.016)	-	(30.016)	-	-	(30.016)	(26.668)
Subtotal - Moeda nacional	385.029	13.443	398.472	461.155	461.155	859.627	1.538.077
Custo de captação	(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
Custos - Moeda nacional	(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
MOEDA NACIONAL - TOTAL	376.197	13.443	389.640	450.895	450.895	840.535	1.506.107
TOTAL	376.197	20.193	396.390	2.894.659	2.894.659	3.291.049	3.296.698

Segue abaixo quadro com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2021:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	7,16%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	1,15%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019 ^(b)	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	N/A	Anual	Mar/2020	Set/2021
4131 Citibank 2021	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	6,32%	Única	Mar/2025	Mar/2025
Bonds 2018 ^(b)	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	N/A	Única	Mai/2023	Mai/2023
Bonds 2021	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	6,30%	Única	Jun/2026	Jun/2026
CCB - IBM 2019 ^(b)	09.05.2019	R\$	CDI	N/A	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub A ^(b)	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B ^(b)	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C ^(b)	28.11.2014	R\$	6,00%	N/A	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D ^(b)	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E ^(b)	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2017/18 ^(b)	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	N/A	Mensal	Jun/2019	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F ^(b)	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G ^(b)	16.12.2013	R\$	3,50%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP	N/A	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
Nota Promissória - 5ª NP	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	5,69%	Anual	Dez/2020	Dez/2022
FIDC 2018 Série A	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	5,64%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	16,39%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

^(b) Liquidados ao longo de 2021.

Abaixo, os montantes dos principais nas operações financeiras relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.
- Em 18 de junho de 2021, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de *notes units*, no valor total de R\$2.014.120 (USD 400 milhões). As *notes units* têm vencimento em 18 de junho de 2026 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 4,375% ao ano. A Companhia contratou *hedge* para todo o fluxo da operação, na modalidade *full swap*, com custo médio de 143,43% do CDI. Os recursos obtidos serão utilizados pela Companhia para (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo; e (ii) reforço de sua liquidez.

- Em 21 de julho de 2021 foi realizado o resgate antecipado de todas as 7.250% Notes Units com vencimento em 2023, bem como suas respectivas notes subjacentes em circulação no mercado internacional que contemplavam 7.250% notes sênior emitidas pela Companhia garantidas pela Light S.A. O montante pago foi de R\$1.364.090 (USD 260.000) de principal, mais juros e taxas. As respectivas operações de derivativos (NDF's) foram vencidas na mesma data.
- Em 08 de setembro de 2021 a Companhia amortizou a totalidade do saldo devedor da dívida com o Citibank, no valor de R\$414.184 (US\$ 80.000) e mais juros devidos. A respectiva operação de hedge foi liquidada na mesma data.
- Em 30 de setembro de 2021, foi realizada a captação de R\$216.640 (US\$ 40.000) junto ao Citibank pela Companhia com vencimento bullet para março de 2025. A operação possui swap até o final da dívida ao custo de CDI + 1,85% a.a.
- Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia quitou a segunda série da 5ª Nota Promissória no valor de R\$100.000 mais juros devidos. Restando a terceira e última série no mesmo valor com vencimento em 27 de dezembro de 2022 ao custo de CDI + 1,25% a.a.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da controladora Light S.A.. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da Companhia, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 30 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos, líquidos do swap, da Companhia tem avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A, no montante de R\$2.446.699 (R\$1.609.447 em 31 de dezembro de 2020).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação, e os custos com *fees de covenants (waivers)* têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2022	-	-	-	463.217	-	463.217
2023	325.401	-	325.401	373.571	1.351.142	1.724.713
2024	135.754	16.074	151.828	179.413	13.546	192.959
2025	-	223.220	223.220	42.103	-	42.103
2026	-	2.232.200	2.232.200	14.035	-	14.035
TOTAL	461.155	2.471.494	2.932.649	1.072.339	1.364.688	2.437.027

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2021	31.12.2020
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	7,39%	28,9%
Acumulado do exercício		
IGP-M	17,79%	23,1%
IPCA	10,06%	4,5%
SELIC	4,39%	2,8%
CDI	4,39%	2,8%
TJLP	5,32%	4,6%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.414.930	20.874	3.435.804
Captações	500.000	-	500.000
Variação monetária e cambial	407.457	-	407.457
Encargos financeiros provisionados	-	224.943	224.943
Encargos financeiros pagos	-	(228.766)	(228.766)
Amortização do principal	(1.066.399)	-	(1.066.399)
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Amortização do custo de captação	13.144	-	13.144
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	2.147	-	2.147
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.179	14.179
SALDO EM 31.12.2020	3.265.468	31.230	3.296.698
Captações	2.230.760	-	2.230.760
Variação monetária e cambial	265.480	-	265.480
Encargos financeiros provisionados	-	248.016	248.016
Encargos financeiros pagos	-	(260.673)	(260.673)
Amortização do principal	(2.484.638)	-	(2.484.638)
Custo de captação	24.702	-	24.702
Amortização do custo de captação	(30.565)	-	(30.565)
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 31.12.2021	3.270.856	20.193	3.291.049

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação e *fees de covenants (waivers)* dos empréstimos. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de captação	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
BNDES - Capex	5.435	4.803	-	(758)	4.045	-	(4.045)	-
Nota Promissória - 5ª NP	5.811	-	5.811	(1.826)	3.985	-	(1.992)	1.993
FIDC 2018	41.032	30.780	-	(6.840)	23.940	-	(6.841)	17.099
<i>Bonds 2018</i>	27.846	12.709	-	(3.720)	8.989	-	(8.989)	-
<i>Bonds 2019</i>	30.565	-	-	-	-	30.565	(2.835)	27.730
TOTAL	110.689	48.292	5.811	(13.144)	40.959	30.565	(24.702)	46.822

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

19. DEBÊNTURES

Emissão	Circulante			Não circulante		Total	Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
8ª Emissão	39.151	1.439	40.590	156.698	156.698	197.288	235.513
9ª Emissão Série A	-	-	-	-	-	-	250.962
9ª Emissão Série B	110.189	1.666	111.855	110.189	110.189	222.044	673.249
13ª Emissão	574.754	8.903	583.657	-	-	583.657	527.136
15ª Emissão Série 1	-	9.237	9.237	648.005	648.005	657.242	593.332
15ª Emissão Série 2	80.000	1.653	81.653	-	-	81.653	161.372
16ª Emissão Série 1	132.500	2.375	134.875	-	-	134.875	133.276
16ª Emissão Série 2	-	7.895	7.895	422.950	422.950	430.845	425.738
16ª Emissão Série 3	-	1.180	1.180	62.500	62.500	63.680	62.925
17ª Emissão Série 1	500.400	9.603	510.003	-	-	510.003	503.960
17ª Emissão Série 2	-	986	986	50.000	50.000	50.986	50.382
17ª Emissão Série 4	-	1.882	1.882	173.927	173.927	175.809	158.714
18ª Emissão	-	-	-	-	-	-	403.686
19ª Emissão	-	15.180	15.180	572.364	572.364	587.544	529.227
20ª Emissão	-	12.924	12.924	684.540	684.540	697.464	628.161
21ª Emissão	-	14.897	14.897	360.000	360.000	374.897	-
22ª Emissão	-	9.570	9.570	974.845	974.845	984.415	-
23ª Emissão Série 1	-	3.647	3.647	263.500	263.500	267.147	-
23ª Emissão Série 2	-	3.831	3.831	268.500	268.500	272.331	-
Subtotal – Debêntures	1.436.994	106.868	1.543.862	4.748.018	4.748.018	6.291.880	5.337.633
Custo de captação	(22.727)	-	(22.727)	(66.516)	(66.516)	(89.243)	(73.571)
Custo <i>fee</i> de <i>covenants</i>	(1.321)	-	(1.321)	(1.790)	(1.790)	(3.111)	(5.714)
Custos – Debêntures	(24.048)	-	(24.048)	(68.306)	(68.306)	(92.354)	(79.285)
TOTAL	1.412.946	106.868	1.519.814	4.679.712	4.679.712	6.199.526	5.258.348

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2021:

Emissão	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	24.08.2012	R\$	CDI+1,18%	5,62%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
9ª Emissão Série A ^(a)	15.06.2013	R\$	CDI+1,15%	N/A	Anual	Mar/2018	Mai/2021
9ª Emissão Série B	15.06.2013	R\$	IPCA+5,74%	16,38%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
13ª Emissão	01.11.2017	R\$	IPCA+7,44%	18,25%	Única	Out/2022	Out/2022
15ª Emissão Série 1	12.09.2018	R\$	IPCA+6,83%	17,58%	Anual	Out/2024	Out/2025
15ª Emissão Série 2	12.09.2018	R\$	CDI+2,20%	6,69%	Anual	Out/2021	Out/2022
16ª Emissão Série 1	26.04.2019	R\$	CDI+0,90%	5,33%	Única	Abr/2022	Abr/2022
16ª Emissão Série 2	26.04.2019	R\$	CDI+1,25%	5,69%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
16ª Emissão Série 3	26.04.2019	R\$	CDI+1,35%	5,80%	Única	Abr/2025	Abr/2025
17ª Emissão Série 1	11.10.2019	R\$	CDI+1,50%	5,96%	Única	Out/2022	Out/2022
17ª Emissão Série 2	11.10.2019	R\$	CDI+1,75%	6,22%	Anual	Out/2023	Out/2024
17ª Emissão Série 4	11.10.2019	R\$	IPCA+5,25%	15,84%	Anual	Out/2025	Out/2026
18ª Emissão ^(a)	09.04.2020	R\$	CDI+2,51%	N/A	Única	Abr/2021	Abr/2021
19ª Emissão	15.07.2020	R\$	IPCA+5,8%	16,44%	Única	Jul/2025	Jul/2025
20ª Emissão	14.08.2020	R\$	IPCA+5,0867%	15,66%	Única	Ago/2025	Ago/2025
21ª Emissão	09.02.2021	R\$	CDI+2,60%	7,10%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
22ª Emissão	05.04.2021	R\$	IPCA+4,7543%	15,29%	Anual	Abr/2029	Abr/2031
23ª Emissão Série 1	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	6,11%	Anual	Out/2024	Out/2026
23ª Emissão Série 2	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	6,43%	Anual	Out/2027	Out/2028

^(a) Liquidados ao longo do exercício de 2021.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 12 de fevereiro de 2021, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures pela Companhia no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da Companhia, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.
- Em 15 de abril de 2021, foi quitada a 18ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$400.000 de principal.
- Em 17 de maio de 2021, foi quitada a 9ª emissão de debêntures da Companhia, 1ª série, no montante de R\$250.000 de principal.
- Em 15 de junho de 2021, foi realizada a 22ª emissão de debêntures (incentivada) da Companhia, em série única, no montante de R\$916.381, com vencimento em dez anos, amortizações a partir de 2029 e remuneração de IPCA + 4,7543% a.a.
- Em 10 de novembro de 2021, foi realizada a 23ª emissão de debêntures da Companhia em duas séries totalizando R\$532.000, sendo a primeira série no montante de R\$263.500 com vencimento em cinco anos, amortizações anuais a partir de 2024 e remuneração de CDI + 1,65% a.a. e a segunda série no montante de R\$268.500 com vencimento em 7 anos, amortizações anuais a partir de 2027 e remuneração de CDI + 1,95% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade das debêntures da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A..

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	1.493.755
2023	505.850	498.509
2024	807.449	568.123
2025	1.977.378	1.607.344
2026	213.995	117.706
2027	134.250	-
Após 2027	1.109.096	-
TOTAL	4.748.018	4.285.437

Seguem abaixo as movimentações das debêntures ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Movimentação de debêntures	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.398.578	43.330	4.441.908
Debêntures emitidas	1.500.000	-	1.500.000
Variação monetária	121.319	-	121.319
Encargos financeiros provisionados	-	222.379	222.379
Encargos financeiros pagos	-	(231.832)	(231.832)
Amortização do principal	(813.555)	-	(813.555)
Custo de emissão	(32.352)	-	(32.352)
Amortização custo de emissão	24.135	-	24.135
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	26.346	26.346
SALDO EM 31.12.2020	5.198.125	60.223	5.258.348
Captações	1.808.381	-	1.808.381
Variação monetária e cambial	345.236	-	345.236
Encargos financeiros provisionados	-	306.229	306.229
Encargos financeiros pagos	-	(275.621)	(275.621)
Amortização do principal	(1.246.015)	-	(1.246.015)
Custo de captação	(39.690)	-	(39.690)
Amortização do custo de captação	26.621	-	26.621
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	16.037	16.037
SALDO EM 31.12.2021	6.092.658	106.868	6.199.526

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
8ª Emissão	5.135	3.450	187	(718)	2.919	-	(531)	2.388
9ª Emissão A	14.089	4.659	-	(3.205)	1.454	-	(1.454)	-
9ª Emissão B	9.992	5.104	-	(1.481)	3.623	-	(1.482)	2.141
10ª Emissão	12.448	2.621	-	(2.621)	-	-	-	-
12ª Emissão	5.888	837	-	(837)	-	-	-	-
13ª Emissão	23.653	11.491	-	(4.055)	7.436	-	(4.055)	3.381
14ª Emissão	5.626	-	-	-	-	-	-	-
15ª Emissão	37.700	31.804	-	(4.925)	26.879	-	(5.978)	20.901
16ª Emissão	3.366	3.032	-	(568)	2.464	-	(570)	1.894
17ª Emissão	8.070	8.070	-	(2.408)	5.662	-	(2.407)	3.255
18ª Emissão	3.714	-	3.714	(1.857)	1.857	-	(1.857)	-
19ª Emissão	14.949	-	14.950	(773)	14.177	-	(3.093)	11.084
20ª Emissão	13.501	-	13.501	(687)	12.814	-	(2.746)	10.068
21ª Emissão	3.775	-	-	-	-	3.775	(785)	2.990
22ª Emissão	33.576	-	-	-	-	33.576	(1.634)	31.942
23ª Emissão	2.338	-	-	-	-	2.338	(28)	2.310
TOTAL	197.820	71.068	32.352	(24.135)	79.285	39.689	(26.620)	92.354

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões prováveis para riscos e as provisões para honorários de êxito:

Provisões	31.12.2021			31.12.2020		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	90.944	428	91.372	98.001	383	98.384
Cíveis	179.226	68.092	247.318	208.491	81.515	290.006
Fiscais	75.592	27.353	102.945	170.959	30.011	200.970
Regulatórias	52.963	-	52.963	50.719	500	51.219
TOTAL	398.725	95.873	494.598	528.170	112.409	640.579

20.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	119.551	198.658	54.727	47.124	420.060
Adições	25.907	206.390	82.324	13.584	328.205
Atualizações	-	6.173	39.658	2.898	48.729
Baixas por pagamentos	(6.336)	(199.229)	(5.750)	(12.887)	(224.202)
Baixas por reversões	(41.121)	(3.501)	-	-	(44.622)
SALDO EM 31.12.2020	98.001	208.491	170.959	50.719	528.170
Adições	10.886	206.438	-	-	217.324
Atualizações	-	8.923	914	2.244	12.081
Baixas por pagamentos	(11.205)	(240.399)	(89.484)	-	(341.088)
Baixas por reversões	(6.738)	(4.227)	(6.797)	-	(17.762)
SALDO EM 31.12.2021	90.944	179.226	75.592	52.963	398.725
Depósitos judiciais em 31.12.2021	15.184	4.035	26.144	-	45.363

Em 31 de dezembro de 2021, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$217.160 (R\$237.921 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$45.363 (R\$47.861 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Depósitos vinculados a litígios	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	49.385	56.693
Cíveis	101.738	111.223
Fiscais	66.037	70.005
TOTAL	217.160	237.921

20.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Funcionários próprios	49.038	52.045
Funcionários terceirizados	41.906	45.956
TOTAL	90.944	98.001

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

20.1.2 Provisões cíveis

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Ações Cíveis ^(a)	142.022	169.648
Juizado Especial Cível ^(b)	28.558	27.031
Plano Cruzado ^(c)	8.646	11.812
TOTAL	179.226	208.491

- ^(a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$649.6811, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento de tal recurso, de modo que entende que a exposição do risco provável para a Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$90.588 (R\$84.697 em 31 de dezembro de 2020), sendo a diferença avaliada como risco de perda possível.

- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 94,6% da quantidade total de processos provisionados.
- (c) São ações movidas contra a Companhia relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Companhia no período em que houve o congelamento dos preços.

20.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
ICMS - Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo ^(b)	-	92.179
Outros	29.360	32.548
TOTAL	75.592	170.959

- (a) A Companhia provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Companhia de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito atualmente é de 620.330 (R\$614.338 em 31 de dezembro de 2020). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a Companhia apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a Companhia. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e, no momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos por ambas as partes.

- (b) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$92.179 se referia à discussão relacionada à Lei nº 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2º, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. Em 30 de abril de 2021, a Companhia quitou integralmente o débito através da adesão ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar nº 189/2020, efetuando o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.

20.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2019. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de dezembro de 2021 é de R\$47.114 (R\$45.118 em 31 de dezembro de 2020).
- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.345 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2020).

20.2 Provisões de honorários de êxito

A Diretoria reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	428	91.216	27.846	-	119.490
Adições	48	42.687	2.865	500	46.100
Atualizações	-	3.137	2.774	-	5.911
Baixas por pagamentos	(64)	(16.188)	(2.476)	-	(18.728)
Baixas por reversões	(29)	(39.337)	(998)	-	(40.364)
SALDO EM 31.12.2020	383	81.515	30.011	500	112.409
Adições	159	15.894	2.248	-	18.301
Atualizações	32	5.961	3.668	-	9.661
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(734)	(500)	(32.239)
Baixas por reversões	(78)	(4.341)	(7.840)	-	(12.259)
SALDO EM 31.12.2021	428	68.092	27.353	-	95.873

21. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Contingências	31.12.2021		31.12.2020	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.317.602	42.504	785.362	44.612
Trabalhistas	356.418	1.260	291.393	1.155
Fiscais	8.728.033	799	8.160.453	726
TOTAL	10.402.053	44.563	9.237.208	46.493

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

21.1 Cíveis

A Companhia possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia. A Companhia figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$564.093 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total referente às ações é de R\$812.938 (R\$345.378 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$111.104 (R\$94.600 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. O processo está aguardando julgamento de recurso da Companhia em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$317.169 (R\$269.436 em 31 de dezembro de 2020).

21.2 Fiscais

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A Companhia possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da Companhia. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da Companhia; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário

A companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$5.316.345 (R\$5.142.166 em 31 de dezembro de 2020).

- ICMS perdas comerciais – A Companhia possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela Companhia, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da impugnação. A terceira autuação fiscal está com prazo em aberto para apresentação de impugnação. A Companhia obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias encontram-se em fase de recurso. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$952.562 (R\$761.579 em 31 de dezembro de 2020).

- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A Companhia possui três ações anulatórias, vinculadas à execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à Companhia a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a Companhia não possui decisão de mérito favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em uma ação aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e na outra foi dado provimento ao Recurso de Apelação da Companhia para declarar a nulidade da autuação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela Companhia em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a Companhia possui duas discussões administrativas. A primeira possui decisão desfavorável na esfera administrativa e aguarda-se a intimação da Companhia acerca do acórdão. A segunda autuação encontra-se aguardando julgamento da Impugnação. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$367.190 (R\$314.212 em 31 de dezembro de 2020).
- IN 86 – A Companhia foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da Companhia, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela União. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$473.958 (R\$465.510 em 31 de dezembro de 2020).
- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – Em abril de 2014, a Companhia foi autuada, com relação ao exercício de 2009, sobre a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da Companhia. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a Companhia. Em abril de 2014, a Companhia foi autuada, com relação ao exercício de 2009, sobre a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior. O processo aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$453.953 (R\$446.269 em 31 de dezembro de 2020).

- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”) – A Companhia foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As duas autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela Companhia por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$119.337 (R\$45.637 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela Companhia com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$281.150 (R\$273.687 em 31 de dezembro de 2020).
- Despachos decisórios (52 processos) – Despachos decisórios proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela Companhia, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam devidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em dezembro de 2021 a Companhia obteve decisão favorável definitiva em um dos casos. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$197.295 (R\$209.129 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações – A companhia discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A companhia aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$59.966 (R\$58.979 em 31 de dezembro de 2020).

21.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2021, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$184.708 (R\$144.576 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia também litiga na ação civil pública (0100742-05.2018.5.01.0081) onde o Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. O processo está aguardando realização de audiência. Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a essa discussão é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2020).

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo benefício definido e do tipo benefício misto e do tipo contribuição definida.

22.1 Descrição dos planos

A Companhia é patrocinadora atualmente de três planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$4.340 (R\$3.696 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

22.2 Avaliação atuarial

A Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu esse montante por conta do valor justo total dos ativos dos planos serem superiores as obrigações em 31 de dezembro de 2021.

As informações atuariais são conforme abaixo:

Informações atuariais	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	(3.029.725)	(3.445.872)
Valor justo dos ativos do plano	3.035.994	3.479.197
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(6.269)	(38.652)
PASSIVO LÍQUIDO	-	(5.327)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	R\$
SALDO EM 31.12.2019	3.467.046
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	228.356
Ganhos atuariais nos ativos do plano	65.834
Contribuições da patrocinadora	348
Contribuições dos participantes	16
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(282.403)
SALDO EM 31.12.2020	3.479.197
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	215.695
Perdas atuariais nos ativos do plano	(382.027)
Contribuições da patrocinadora	320
Contribuições dos participantes	102
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	3.035.994

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	R\$
SALDO EM 31.12.2019	3.447.340
Custo do serviço corrente	(29)
Juros sobre a obrigação atuarial	226.981
Contribuições de participantes	16
Ganhos atuariais reconhecidas	53.967
Benefícios pagos	(282.403)
SALDO EM 31.12.2020	3.445.872
Custo do serviço corrente	(214)
Juros sobre a obrigação atuarial	213.405
Contribuições de participantes	102
Perdas atuariais reconhecidas	(352.147)
Benefícios pagos	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	3.029.725

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Light SESA	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente	(214)	(29)
Juros sobre as obrigações atuariais	213.405	226.981
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(215.695)	(228.356)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	2.504	1.404
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Light SESA	2022
Custo do serviço corrente	386
Juros sobre as obrigações atuariais	256.613
Rendimento esperado dos ativos do plano	(256.635)
Estimativa de despesa em 2022	364

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Light SESA	31.12.2021	31.12.2020
Renda fixa	83,58%	75,97%
Renda variável	11,64%	17,93%
Investimentos estruturados	1,00%	2,13%
Imóveis	2,29%	2,76%
Empréstimos e financiamentos	1,67%	1,38%
Outros realizáveis	0,05%	0,03%
Provisões contingências	-0,23%	-0,20%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$382.027 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (ganho de R\$65.834 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

22.3 Premissas atuariais

Premissas atuariais	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18%(A/B) e 6,68% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18%(A/B) e 6,68% (C)
Taxa anual de inflação	3,40%	3,20%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,99%	5,78%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,40%	3,20%
Fator de capacidade	100,00%	100,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.016	1.092
Participantes aposentados e pensionistas	5.250	5.333

^(a) Tábua sem agravamento

22.4 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	8,83%	-1,00%	188.821
Plano C	8,92%	-1,00%	303.455

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.826
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	106.176

23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Obrigações por arrendamento	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	725	926	1.651	739	1.446	2.185
Máquinas e equipamentos	556	1.516	2.072	504	1.403	1.907
Veículos	23.607	35.721	59.328	44.147	55.631	99.778
TOTAL	24.888	38.163	63.051	45.390	58.480	103.870

23.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Ativo de direito de uso	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	2.468	912	70.276	73.656
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	239	26	3.080	3.345
Depreciação	(1.023)	(784)	(36.846)	(38.653)
Baixa de arrendamentos	-	-	(5.119)	(5.119)
SALDO EM 31.12.2020	2.064	1.885	95.865	99.814
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Depreciação	(789)	(609)	(43.959)	(45.357)
SALDO EM 31.12.2021	1.517	1.996	56.099	59.612

Obrigações por arrendamento	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	2.543	950	72.669	76.162
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	239	26	3.080	3.345
Pagamento da parcela	(1.180)	(864)	(42.080)	(44.124)
Despesa de juros	202	63	6.756	7.021
Baixa de arrendamentos	-	-	(5.119)	(5.119)
SALDO EM 31.12.2020	2.184	1.906	99.780	103.870
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Pagamento da parcela	(938)	(730)	(50.201)	(51.869)
Despesa de juros	163	176	5.556	5.895
SALDO EM 31.12.2021	1.651	2.072	59.328	63.051

23.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	45.390
2022	24.888	23.641
2023	21.556	19.732
2024	16.267	14.752
2025	340	355
Total	63.051	103.870

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Light SESA	Efeitos estimados
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	59.612
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	64.178
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	63.051
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	67.617

24. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos Regulatórios - Circulante	31.12.2021	31.12.2020
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.232	2.045
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	4.465	4.109
Programa de Eficiência Energética – PEE	178.521	179.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	70.287	71.526
Quota recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE ^(a)	42.732	-
Total	298.237	257.147

^(a) Refere-se ao recolhimento referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021

25. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	54.633	-	54.633	58.586	-	58.586
Taxa de iluminação pública	234.285	-	234.285	187.678	-	187.678
Reserva para reversão	6.571	26.285	32.856	-	39.427	39.427
Restituições consumidores	88.141	-	88.141	78.640	-	78.640
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	-	-	-	36.459	-	36.459
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 10)	169.215	-	169.215	-	-	-
Outros	9.428	9.022	18.450	15.313	-	15.313
TOTAL	562.273	35.307	597.580	376.676	39.427	416.103

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

26.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a CEMIG ^(b)	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	90	-	1.821
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	2.545	2.001	28.561	23.577
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Companhia com a Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	473	387
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente a Companhia à Light Energia	N/A ^(a)	A partir de jan/2006. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	14	44	622	543
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Light Conecta	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1	11	7	28
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Lightcom	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	3	3	49	42
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A ^(a)	A partir de abril/2018. Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	11	-	940	1.471
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Lajes Energia	N/A	A partir de março/2018. Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	39	-	419	345
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição e Energia da Companhia com a Light Conecta	N/A	A partir de Out/2018. Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	570	1.015

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

26.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Companhia com a CEMIG ^(b)	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	2.873	-	(48.511)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a CEMIG ^(b)	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	2.325	-	(21.716)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	256	-	(2.696)	(3.276)
Fornecedor - Compromisso com encargo de conexão da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2005. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	244	269	(2.991)	(3.214)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Companhia com a Axiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1.501	1.441	(15.550)	(14.389)
Plano Previdenciário - Compromisso da Companhia com a Fundação de Seguridade Social – Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A	A partir de Dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	-	5.327	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Referente a contrato de mútuo celebrado com a Light Energia	500.000	mai/2020 a mai/2022	CDI + 1,50 a.a	ANEEL	-	-	-	(7.172)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	(3.164)	(1.740)

^(a) Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado

^(c) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

26.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Remuneração dos Administradores	31.12.2021	31.12.2020
Honorários e benefícios de curto prazo	12.014	9.251
Bônus	9.441	4.360
Encargos Sociais	3.472	1.861
Benefícios pós-emprego	513	381
Benefícios assistenciais	1.072	1.178
Remuneração baseada em ações	79	320
Total	26.591	17.351

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. é de R\$5.486.365 (R\$4.146.365 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 489.146.367.202 (quatrocentos e oitenta e nove bilhões, cento e quarenta e seis milhões, trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e dois) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade integral da Light S.A..

Em 25 de janeiro de 2021, ocorreu a subscrição e integralização de 1.340.000.000 (um bilhão trezentos e quarenta milhões) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, mediante aporte de numerários realizados pela controladora Light S.A. no montante de R\$1.340.000.

27.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$273.923.

27.3 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos sobre outros resultados abrangentes os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tabela de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes

27.4 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2021	2020
Lucro líquido do exercício	243.628	274.848
Constituição de reserva legal (5%)	(12.181)	(13.742)
Base de cálculo dos dividendos	231.447	261.106
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(57.862)	(65.276)
Lucros retidos	173.585	195.830

27.5 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2021	2020
Lucro líquido do exercício	243.628	274.848
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	481.121.609.747	392.849.277.746
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em reais	0,00051	0,00070

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

28. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida	2021	2020
Fornecimento, suprimento e receita de uso da rede (Nota 28.1)	18.299.045	16.171.284
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(35.502)	(26.358)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	(169.215)	-
Mecanismo de venda excedente (MVE)	-	20.722
Arrendamentos, aluguéis e outras	79.034	89.585
Receita de construção	967.268	787.778
Renda de prestação de serviço	1.596	6.242
Subvenção CDE	457.289	256.139
Subvenção por redução voluntária do consumo	169.215	-
Serviço taxado	5.764	3.880
Reconhecimento do acordo de Furnas	-	459.541
Valor justo do ativo financeiro de concessão (Nota 11)	574.231	242.872
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 9)	50.312	38.643
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	1.450.927	712.846
RECEITA BRUTA	21.849.964	18.763.174
ICMS	(4.944.295)	(4.226.540)
PIS e COFINS	(1.526.583)	(1.313.759)
Outros	(4.178)	(4.586)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(6.475.056)	(5.544.885)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.550.271)	(1.303.788)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(12.045)	(10.205)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.096)	(20.410)
Eficiência Energética - PEE	(64.312)	(46.948)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.096)	(20.410)
Outros encargos - PROINFA	(63.908)	(41.392)
Outros encargos	(10.534)	(10.436)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.749.262)	(1.453.589)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(8.224.318)	(6.998.474)
RECEITA LÍQUIDA	13.625.646	11.764.700

28.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede	Nº de clientes faturados ^(a) ^(b)		GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.937.064	3.974.916	8.145	8.339	6.156.644	5.653.851
Industrial	8.600	9.152	413	477	312.815	292.155
Comércio, serviços e outras	315.770	320.887	4.205	4.587	3.273.361	2.960.809
Rural	9.815	8.816	45	54	9.648	10.000
Poder público	12.655	12.392	1.202	1.278	882.621	737.625
Iluminação pública	765	746	639	764	310.256	290.878
Serviço público	1.882	1.775	955	975	589.001	414.160
Consumo próprio	446	449	117	146	-	-
Receita de uso de rede	1.508	1.224	9.361	9.083	1.860.122	1.453.440
FORNECIMENTO FATURADO	4.288.505	4.330.357	25.082	25.703	13.394.468	11.812.918
ICMS	-	-	-	-	4.944.295	4.226.539
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(39.718)	131.827
TOTAL DO FORNECIMENTO	4.288.505	4.330.357	25.082	25.703	18.299.045	16.171.284

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas de dezembro, com e sem consumo

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(252.518)	(270.740)	(127.970)	(114.256)
Materiais	-	-	(10.823)	(27.109)	(11.922)	(691)
Serviços de terceiros	-	-	(239.859)	(264.931)	(168.793)	(189.719)
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 29.1)	(9.905.209)	(7.891.993)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(540.102)	(509.362)	(23.788)	(24.591)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(597.354)	(618.670)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(181.491)	(292.500)
Custo de construção	-	-	(967.268)	(787.778)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	107.837	107.248	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(3.410)	(7.888)	(35.206)	(42.117)
TOTAL	(9.905.209)	(7.891.993)	(1.906.143)	(1.760.560)	(1.146.524)	(1.282.544)

29.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda	GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(2.694)	(2.337)	(1.352.230)	(870.322)
Itaipu – Binacional	4.523	4.617	(1.581.021)	(1.575.936)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.368	(3.414.600)	(2.681.097)
Leilão de energia	9.910	12.313	(3.194.961)	(1.993.931)
Cotas de garantia física	5.938	6.211	(687.018)	(678.496)
Cota de nucleares	863	864	(198.718)	(239.857)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(1.173.342)	(1.124.864)
Encargos de conexão – Transmissão	-	-	(98.862)	(75.673)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(130.650)	(134.925)
PROINFA	407	436	(138.208)	(133.479)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	916.795	790.469
ICMS sobre compra	-	-	1.147.606	826.118
TOTAL	25.298	28.472	(9.905.209)	(7.891.993)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

30. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2021	2020
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.489	83.585
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	100.952	27.278
Operações de swap	52.262	563.612
Atualização de depósitos judiciais	7.613	4.519
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	53.469	24.849
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 7.1)	14.912	29.171
Outras receitas financeiras	34.308	15.216
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	319.005	748.230
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(21.742)	(54.640)
Despesas com passivos tributários	(6.363)	(8.093)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(605.567)	(484.601)
Variação cambial e monetária	(610.716)	(528.776)
Variação cambial sobre faturas de energia	(17.097)	(35.279)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(14.716)	(9.608)
Outras despesas financeiras	(94.029)	(26.083)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.370.230)	(1.147.080)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.051.225)	(398.850)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Principais ativos e passivos financeiros da Companhia	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 4)	2	52.185	52.185	36.206	36.206
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 6)	2	3.484.766	3.484.766	3.292.584	3.292.584
Serviços prestados a receber	2	15.593	15.593	41.381	41.381
Depósitos vinculados a litígios	2	217.160	217.160	237.921	237.921
Ativos financeiros do setor (Nota 9)	3	1.480.272	1.480.272	73.719	73.719
Outros créditos	2	592.515	592.515	454.716	454.716
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 4)	2	343.249	343.249	419.809	419.809
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	2	2.024.082	2.024.082	1.369.973	1.369.973
Ativo financeiro da concessão (Nota 11)	3	6.821.988	6.821.988	5.197.313	5.197.313
Instrumentos financeiros derivativos swaps	2	132.000	132.000	640.100	640.100
TOTAL		15.163.810	15.163.810	11.763.722	11.763.722
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota 16)	2	2.048.334	2.048.334	1.566.516	1.566.516
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	2	3.291.049	3.273.907	3.296.698	2.749.114
Debêntures (Nota 19)	2	6.199.526	5.969.729	5.258.348	5.345.114
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 36)	2	63.051	63.051	103.870	103.870
Passivos financeiros do setor (Nota 9)	3	276.353	276.353	-	-
Encargos regulatórios (Nota 24)	2	298.237	298.237	257.147	257.147
Outros débitos (Nota 25)	2	597.580	597.580	416.103	416.103
TOTAL		12.774.130	12.527.191	10.898.682	10.437.864

Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Diretoria para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do exercício estão evidenciados, assim como as premissas, na Nota 9.

31.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

31.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador	31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
USD	2.471.494	26,0	1.771.435	20,9
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.471.494	26,0	1.771.435	20,9
CDI	2.928.400	30,8	2.992.114	35,4
IPCA	4.093.132	43,1	3.597.490	42,5
TJLP	-	-	13.777	0,2
Outros	9.664	0,1	88.777	1,0
TOTAL - MOEDA NACIONAL	7.031.196	74,0	6.692.158	79,1
TOTAL	9.502.690	100,0	8.463.593	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2021 é de 0,21% do total da dívida em moeda estrangeira (0,21% em 31 de dezembro de 2020).

31.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2021	Valor Nominal (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Citibank	US\$	US\$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.450.930	260.000	(137.337)	(84.877)	52.460
Santander (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.411)	(16.322)	10.089
M. Stanley (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.401)	(15.212)	11.189
XP (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	223.220	40.000	(21.126)	(12.744)	8.382
TOTAL						2.455.420	440.000	(217.773)	(132.000)	85.773

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2020	Valor Nominal (US\$) 31.12.2020	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
TOTAL						1.853.311	356.632	(536.207)	(718.304)	(182.097)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
			Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(264.164)	(949.762)	(1.635.366)
TN - <i>Par Bond</i>	US\$	39.422	(23.450)	(84.311)	(145.173)
TN - <i>Caução - Par Bond</i>	US\$	(37.256)	22.161	79.678	137.194
TN - <i>Discount Bond</i>	US\$	27.230	(16.198)	(58.236)	(100.275)
TN - <i>Caução - Discount Bond</i>	US\$	(25.940)	15.430	55.478	95.525
4131 Citibank 2021	US\$	40.002	(23.795)	(85.550)	(147.306)
<i>Bonds (2021)</i>	US\$	400.632	(238.312)	(856.821)	(1.475.331)
DERIVATIVOS			262.106	942.372	1.622.637
<i>Swaps</i> de moeda (ponta ativa)	US\$	(440.633)	262.106	942.372	1.622.637
TOTAL			(2.058)	(7.390)	(12.729)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2022)			6,18	7,72	9,26

31.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía contratos de *swap* de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 31 de dezembro de 2021.

Operação	R\$		
	Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS	180.968	109.083	37.197
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ^(a)	180.968	109.083	37.197
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS	(24.178)	(175.023)	(325.868)
Libor6M	(1.299)	(1.752)	(2.206)
Libor3M	(1.969)	(2.578)	(3.187)
CDI	(231.191)	(323.027)	(414.862)
IPCA	210.281	152.334	94.387
DERIVATIVOS	(232.874)	(325.377)	(417.881)
Swaps de moedas (ponta passiva)	(232.874)	(325.377)	(417.881)
TOTAL	(76.084)	(391.317)	(706.552)
Referência para Ativos Financeiros			
CDI (em 31.12.2022)	11,84%	-25%	-50%
Referência para passivos financeiros		+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2022)	11,84%	14,81%	17,77%
IPCA (% em 31.12.2022)	5,28%	6,59%	7,91%
Libor3M (% em 31.12.2022)	1,08%	1,35%	1,62%
Libor6M (% em 31.12.2022)	1,18%	1,48%	1,78%

31.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 6. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos à Companhia, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

31.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 18 e 19.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2022
S&P	AA+	-	27.07.2021
Moody's	AA-.br	Ba3	23.02.2022

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(112.712)	(2.287.841)	(7.437.969)	(1.226.503)	(11.065.025)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(5.875)	(19.290)	(391.850)	-	(417.015)
Fornecedores	(2.048.334)	-	-	-	(2.048.334)
Swap	2.039	6.116	(140.155)	-	(132.000)
TOTAL	(2.164.882)	(2.301.015)	(7.969.974)	(1.226.503)	(13.662.374)

31.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

31.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade como um todo. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação na ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;

- (iv) Oferecer benefícios para os empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, por meio do Programa Comunidades, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) Garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores contemplando o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

31.2.8 Risco de continuidade da concessão

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da Companhia, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Companhia, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira, mas aguarda a homologação da Aneel.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos critérios de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em virtude da pandemia da COVID-19, em 21 de dezembro de 2020, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, de forma unânime, pelo provimento da Medida Cautelar apresentada pela Companhia de modo a afastar as consequências decorrentes de eventual descumprimento do indicador econômico-financeiro previsto para o ano de 2020, nos termos do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/1996.

O reconhecimento da ANEEL decorreu da verificação de que as definições quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sob discussão no âmbito da Consulta Pública nº 035/2020, são correlacionadas ao cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos contratos de concessão da distribuição.

Desta forma, a ANEEL concedeu o provimento cautelar até a data de conclusão da referida Consulta Pública, ocasião em que restarão definidas as métricas para o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e, conseqüentemente, permitirão que a ANEEL verifique o cumprimento do indicador econômico-financeiro dos contratos de concessão.

31.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Gestão de capital	31.12.2021	31.12.2020
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.490.575	8.555.046
Instrumentos financeiros derivativos swaps	(132.000)	(718.304)
Dívida bruta	9.358.575	7.836.742
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.419.516	1.825.988
Dívida líquida (A)	6.939.059	6.010.754
Patrimônio líquido (B)	7.166.825	5.637.543
Percentual de capital de terceiros - % $(A \div (B+A))$	49%	52%

32. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

Riscos	Data de Vigência		Importância Segurada	Limite máximo de garantia (LMG)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2021	10.08.2022	N/A	100.000
Responsabilidade civil e geral ^(a)	31.10.2021	02.01.2022	N/A	20.000
Riscos operacionais ^(a)	31.10.2021	02.01.2022	3.887.044	300.000

^(a) Os seguros foram renovados com vigência atual de 02.01.2022 até 02.01.2023, sem qualquer alteração na importância assegurada e LMG.

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ ^(a)
2022	7.403
2023	8.046
2024	7.508
2025	5.757
2026	5.426

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2021	2020
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	35.119	11.450

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário 2022

Em 15 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Abel Alves Rochinha
Carlos Alberto da Cruz
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Ana Amelia Campos Toni
Lavinia Rocha de Hollanda
Yuiti Matsuo Lopes

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	(Vago)
Ary Waddington	Marcelo Souza Monteiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Raimundo Nonato Alencar de Castro - Diretor Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Daniel Campos Negreiros - Diretor
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Carla Ferreira Medrado - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Fonseca Coelho	Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Superintendente de Controladoria	Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 978 351 536-53	CPF 094.894.347-52
	CRC-RJ 103826/O-9